

AGRESTE: TRANSFORMAÇÕES NO SISTEMA DE ORDENAMENTO MORAL DE UMA COMUNIDADE NEGRA RURAL NO NORTE DE MINAS.

Autor: Graziano Leal Fonseca / Orientadora: Prof^a. Cláudia Luz de Oliveira

Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.

Agência de fomento: Fundação de Amparo a Pesquisa de Minas Gerais - FAPEMIG.

OBJETO E OBJETIVOS:

O trabalho tem como objetivo apreender as concepções de ordem moral que fundamentam a vida social da comunidade negra rural de Agreste-MG, analisando o processo de transformação e atualização da moralidade e dos códigos de conduta relacionadas ao trabalho e à organização da família, tendo por base o contexto histórico de expropriação territorial vivenciado pelo grupo. As categorias de pesquisa - a família, o trabalho e a terra -, segundo Woortmann (1990, p.27) “são categorias culturais centrais e interdependentes do universo camponês e se vinculam estreitamente a valores morais, ou a uma ordenação moral e sagrada do mundo”.

METODOLOGIA:

Tomo como metodologia à pesquisa etnográfica em que procuro construir, por meio de interlocuções, um encontro etnográfico no qual tanto o pesquisador como membros da comunidade pesquisada elaboram visões de mundo fusionadas entre si.

RESULTADOS E CONCLUSÕES:

A ocupação ancestral do território de Agreste, se dá no “tempo da terra livre”, quando uma imensa área que constitui o *Território Negro da Jahyba*, no norte de Minas, tinha apenas valor de uso para as comunidades locais. O processo de expropriação territorial sofrido por essa e outras comunidades negras da região, coincide com o momento em que essas terras adquirem valor mercantil, segundo Costa (1999) e Costa Filho (2003). A mercantilização da terra e a conseqüente expropriação das comunidades negras se aprofunda com o processo de modernização agro-pecuária, a partir de meados do século XX. Onde os nativos passam a ocupar, segundo Seu Zé Nunes “vinte alqueires de terra doada a Santo Antonio”, padroeiro da comunidade. A grilagem, o cercamento e a legalização cartorial dessas terras levou a comunidade à situação atual de “encurralamento”, onde 110 famílias ocupam um e meio alqueire de terra, correspondente à área do povoado.

O processo de expropriação obrigou a população a traçar novas estratégias de sobrevivência rompendo com os códigos morais vivenciados pelo grupo, anteriormente centrado na autonomia sobre o seu processo reprodução social e, atualmente, na dependência e subordinação aos fazendeiros, conforme discutido por Oliveira (2007).

No “tempo antigo” as relações sociais eram estruturadas sob a lógica da família extensa, estabelecidas pelo parentesco, compadrio e vizinhança. A idéia de “bem viver” era vista sob a lógica de trabalhar para produzir o que comer ou, na fala nativa, “o que importava era barriga cheia”. As relações de trabalho eram guiadas por princípios de solidariedade e reciprocidade através de mutirões, festas, caçadas, pescarias.

Nos tempos de hoje a comunidade não tem mais onde plantar. Segundo seu Zé Nunes os moradores de Agreste “vivem de vender o dia” para os fazendeiros e “passaram a depender dos armazéns” para comer. O código moral atual relacionado ao trabalho sofreu uma adaptação com relação às condutas do passado. Surge uma nova dinâmica de reprodução familiar com a divisão de despesas entre os membros que agora são assalariados temporários, em sua maioria.

A população é obrigada a sair de uma lógica não mercantil e se adaptar às novas lógicas de vivência impostas pelo modelo capitalista de produção que, ao contrário do sistema anterior, adota valores alicerçados no individualismo. No entanto, a transformação não se opera pela substituição de um sistema por outro, há uma adaptação onde as duas lógicas operam de forma, às vezes, contraditórias, às vezes, complementares, permanecendo até hoje práticas do antigo sistema que resistem dentro desse novo ordenamento moral, graças às relações de parentesco, compadrio e vizinhança que ainda hoje estruturam as relações comunitárias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

COSTA FILHO, A. Negros Gurutubanos: Acesso à terra e outros recursos. In: Anais da ABANNE. VIII Reunião de Antropólogos do Norte e Nordeste. São Luís: Centro de Ciências Humanas da UFMA, 2003.

COSTA, J. B. de A. Do Tempo da Fartura dos Crioulos ao Tempo de Penúria dos Morenos. Identidade através de Rito em Brejo dos Crioulos (MG). Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, 1999. (Dissertação de Mestrado).

DURKHEIM, Émile: *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 2003.

MAUSS, M. *Ensaio sobre a dádiva*: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

O'DWYER, Eliane Catarino: *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. : ed. FGV, 2002.

OLIVEIRA, Bernardo Macedo. *Representações coletivas: marcadores da identidade étnica de Agreste*. Montes Claros: Unimontes/Depto. Ciências Sociais, 2007. Monografia de Bacharelado.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*: Antropologia e moralidade. : ed. , 1994, p. 110 a 121.

WOORTMANN, Klaas: *Anuário Antropológico 87: “Com Parente Não se Negueira”*. Brasília, Distrito federal: ed. UNB, 1990.